



Para os capitalistas, tudo está bem; para os trabalhadores e demais oprimidos, não!

A grande imprensa noticia todos os dias os bons números da economia brasileira. A inflação oficial caminha para os 3% ao ano. Alguns produtos baixaram de preço, como a carne de boi. A taxa de juros começou a cair. O desemprego caiu 0,2%. Os investidores nas bolsas seguem ganhando, apesar das quedas das últimas semanas. O governo aprovou o Arcabouço Fiscal, que reduz os gastos públicos e garante o sustento dos parasitas financeiros, e também a reforma tributária, que vai reduzir ou acabar com impostos para setores capitalistas. Prepara-se uma reforma administrativa, que atacará o emprego e salário do funcionalismo, e vai ter consequências negativas na Saúde e Educação.

Para os assalariados, porém, as notícias não são boas. Continua o aumento geral dos preços dos alimentos e demais produtos de primeira necessidade. Com o aumento de 26% do diesel e de 14% da gasolina, tudo vai subir ainda mais no supermercado. O feijão e o arroz continuam com preços elevados. O salário mínimo é de fome, e

continuará assim em 2024. O emprego sem carteira aumentou na mesma proporção da queda do desemprego, portanto existe cada vez mais trabalho precarizado. A queda dos juros não melhora a vida dos assalariados, porque se trata de uma disputa entre bancos e fábricas. O Arcabouço Fiscal vai cortar gastos em Saúde e Educação, que piorarão. A devolução de impostos aos donos das empresas será compensada com mais taxas pagas pelos assalariados. Continua o fechamento de fábricas e acordos de demissões, layoffs e férias coletivas. As contrarreformas trabalhista e da Previdência continuam de pé.

Ainda pior: a quase totalidade das organizações das massas (Centrais, sindicatos, UNE, MST, etc.) está sob a direção de partidos e correntes políticas governistas, e não querem organizar as lutas. Estão do lado do governo contra as reivindicações mais sentidas pelas massas. Vivem afirmando que só conseguem o que “é possível”, que o governo “faz o que pode”, que é preciso defender o governo contra a extrema direita,

e que o caminho é a pressão sobre o parlamento e a judicialização.

Ainda que com toda essa dificuldade, é preciso organizar a unidade das massas na luta contra a exploração e os governos. O primeiro passo é exigir a convocação de assembleias de base, amplamente chamadas e democráticas, onde as propostas diferentes ou opostas à da direção possam ser defendidas com liberdade. Discutir e aprovar um plano de reivindicações, aquelas que são as reais necessidades, e não somente o que governo e capitalistas “podem dar”. Que devem ser defendidas por meio dos métodos próprios da luta de classes. Unificar as lutas em todas as categorias, e entre todas elas, nacionalmente. Organizar uma oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin e aos demais governos estaduais e municipais. Assim, se poderá caminhar para a derrota dos governos e dos patrões, e para a revolução proletária, que acabará com o capitalismo e iniciará a transição ao socialismo. **I**

Guerra entre organizações criminosas e repressão policial leva a mortes e prisões nas comunidades de SP, RJ e BA

A violência policial na Baixada Santista, em S. Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia indicam ações organizadas de disputas territoriais de organizações criminosas, em particular entre o PCC (Primeiro Comando da Capital) e o CV (Comando Vermelho), com as milícias. Essas ações levaram a mortes de 45 pessoas nos três estados, e mais de 110 presos, só na Baixada. Muitos moradores denunciaram que os policiais estão intimidando e agredindo moradores dos bairros das comunidades.

Na Baixada Santista, um policial da Tropa de Choque foi assassinado no dia 28/7, quando fazia uma patrulha na comunidade Vila Zilda. Imediatamente, o governador Tarcísio, aliado de Bolsonaro, cuja família tem vínculo com as milícias bolsonaristas cariocas, acionou um grande efetivo repressivo, que matou, em três bairros diferentes, mais oito pessoas. A ação repressiva violenta da polícia sobre as comunidades e o assassinato de criminosos é

algo defendido pelos bolsonaristas. O chefe da segurança do PCC da região se entregou, alegando que realizou o disparo. Certamente, pretendeu brecar a ação policial. Mas isso não aconteceu. Já se admitem oficialmente pelo menos 16 mortos na região. Manifestações foram feitas contra a ação repressiva policial, e organizações de direitos humanos e antirracistas também protestaram. O governador carioca afirmou que a ação da polícia foi normal, e que “irregularidades” serão “apuradas”. Uma promessa de impunidade aos policiais em ação, sob suas ordens.

No Rio de Janeiro, a polícia subiu o morro do complexo da Penha, destruindo as barricadas erguidas pelo CV, e perseguiu os membros da organização até a mata, realizando uma brutal troca de tiros, que encurralou a população assalariada em suas casas. Pelo menos dez foram mortos, e há vários feridos.

Sete mortes foram registradas oficial-

continua ➔

mente em Camaçari, na Bahia, e mais oito em Itatim, no mesmo estado. Mais quatro foram assassinadas na capital, Salvador.

Está em julgamento no STF a quantidade de maconha que pode ser considerada “para consumo”, e não “para tráfico”. O relator do processo é conhecido por ter defendido, através de seu escritório, mais de 400 processos envolvendo membros do PCC. A “liberação” de maior quantidade de maconha vai ser um elemento de aumento do consumo, a ser disputado pelas facções em guerra.

O tráfico e o contrabando são atividades consideradas “ilegais” pelas instituições da burguesia. Mas são capitalistas os que organizam a logística (transporte de grandes quantidades, distribuição, etc.), têm capital para realizar a compra de grandes quantidades e sua venda posterior, pagando uma série de intermediários, desde fiscais até vendedores. Os negócios criminosos da burguesia crescem, à medida que decresce a possibilidade de obtenção de lucros apenas por meio da exploração do trabalho assalariado. Os contrabandistas e criminosos têm até mesmo suas bancadas parlamentares, volta e meia são denunciadas por terem apreendidas cargas de drogas em seus aviões. O avanço do crime organizado expressa a decomposição do capitalismo, e somente acabará de vez com a revolução socialista.

As organizações criminosas são conhecidas apenas pelos seus “soldados menores”. Os grandes capitalistas, por cima delas, que moram nos condomínios de luxo, não são tocados.

Quem mais sofre com a realização de seus negócios é a população assalariada que mora nas comunidades, vítimas da violência policial e de guerra entre gangues, e a juventude em geral, que tem parte dela, sem perspectivas de estudo ou trabalho, recrutada pelas organizações criminosas; e a maioria, que tem suas vidas destruídas

pelo consumo de drogas de todos os tipos.

A penetração das organizações criminosas no aparelho de estado da burguesia também recrutou boa parte das polícias como prestadores de serviço dos criminosos, ou agentes do crime, eles mesmos. E até candidatos eleitos, nos diversos níveis da administração, se revelaram participantes de esquemas criminosos, criação e consolidação de milícias, mando de assassinatos de opositores ou “queima de arquivos”, etc.

As massas oprimidas não têm nada a ganhar com a vitória desta ou daquela facção criminosa. Ao contrário, estarão sob as botas delas e das polícias, que integram os mesmos esquemas.

A defesa real das massas passa pela defesa das reivindicações que as colocam em combate contra os capitalistas (legais e ilegais) e seus governos:

- ! Fora a PM assassina dos morros e comunidades! Pelo Fim da PM!**
- ! Salário mínimo vital (suficiente para sustentar uma família de 4 pessoas) a todos os assalariados! E reajustado de acordo com a inflação real, medida pelos trabalhadores!**
- ! Emprego a todos! Fim das demissões! Estabilidade no emprego! Redução da jornada de trabalho, de forma a que todos tenham trabalho!**
- ! Escola e emprego a toda a juventude! 4 horas na escola, 4 horas no trabalho e o restante para o descanso e lazer.**
- ! Tribunais Populares para julgar e punir os crimes de classe da burguesia e seu cão de guarda, as polícias assassinas!**

Avibrás - Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos

Direção impõe às assembleias o que interessa ao patronato

Em 19 de agosto, a assembleia dos metalúrgicos da Avibras aprovou a “renovação” do lay-off de 400 operários, por mais cinco meses (de 1 de agosto até 31 de dezembro). A proposta foi apresentada pela direção do sindicato. Também se aprovou a proposta da empresa de “garantir a estabilidade” por mais três meses, até março de 2024, para todos os operários. Para o presidente do sindicato, “mesmo sem o pagamento de salários, a renovação do layoff na Avibras é uma conquista”, ao manter os empregos.

Se os operários votaram a favor dessas propostas, não é porque sejam favoráveis a eles, mas porque foram iludidos pela sua direção de que seria a única forma de garantir

os empregos e estabilidade. Desde 2022, a direção do sindicato vem “aceitando” e “impondo” nas assembleias as suspensões e os acordos rebaixados, como se fossem “vitórias”. A experiência dos últimos anos na Ford, Volks e Mercedes demonstra que os lay-off são o que vem antes da demissão, ou, no melhor dos casos, da flexibilização e precarização de empregos e direitos trabalhistas. De fato, o próprio sindicato informou, na mesma nota sobre a assembleia, que não se estão pagando salários atrasados, nem FTGS. Não há “vitórias”, quando o patronato impõe mais retrocessos aos operários e sequer cumpre os acordos.

Não se pode aceitar, nem propor às assembleias, qualquer acordo

com o patronato, sem antes organizar uma luta grevista para defender um programa próprio dos operários. É a força do movimento que decidirá o que pode ou não ser arrancado do patronato. Seja conquistando vitórias ou amargando derrotas nas lutas, uma direção verdadeiramente classista deve sempre falar a verdade para as bases, e nunca apresentar retrocessos como se fossem avanços. Somente assim é que os operários aprenderão, a partir de sua experiência, e avançarão em sua consciência política, tirando as lições necessárias para, nas próximas greves, defender e impor suas próprias reivindicações, e não aceitando as do patronato, que os explora, sem lutar.